

ITUMBIARA-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUMBIARA - GOIÁS

Professor de Educação
Básica – PEB I – Pedagogia

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2025

CÓD: SL-066JN-25
7908433269540

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados. Interpretação textual de gêneros textuais variados Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal	9
2. Modos de enunciação presentes no texto	15
3. Gramática normativa	15
4. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	16
5. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade)	17
6. Progressão temática	18
7. Elementos de sequenciação textual: referenciação, substituição, repetição, conectores e outros elementos	19
8. Tipos de argumento	21
9. Classificação gramatical	22
10. Processo de formação de palavras	30
11. Análise morfossintática. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	31
12. Fenômenos gramaticais e construção de significados na língua portuguesa	36
13. Concordância verbal e nominal	37
14. Regência verbal e nominal	38
15. Colocação pronominal	40
16. Pontuação	41

Matemática

1. Conjuntos numéricos. Números naturais e números inteiros: operações e relação de ordem. Números racionais e reais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto. Números complexos: conceito, operações e representação geométrica	51
2. Divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos	64
3. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos	68
4. Noções de matemática financeira: razão, proporção, regra de três simples e composta, porcentagem, juros simples, juros compostos e descontos simples	70
5. Conceito, representação gráfica e aplicações das funções: afim, quadrática, exponenciallogarítmica e modulares	75
6. Sistemas de equações: conceito, resolução, discussão e representação geométrica	90
7. Noções de estatística: apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade e medidas de dispersão	91
8. Geometria plana: polígonos regulares, perímetro e áreas	101
9. Geometria espacial: poliedros regulares, perímetro, áreas e volumes	103
10. Noções de análise combinatória: princípio fundamental da contagem, arranjos simples, permutações simples e combinações simples. Noções de probabilidade: experimento aleatório, espaços amostrais finitos e equiprováveis e eventos aleatórios	108

Atualidades E História, Geografia E Conhecimentos Gerais De Goiás E De Itumbiara

1. Formação econômica de goiás: a mineração no século xviii, a agropecuária nos séculos xix e xx, a estrada de ferro e a modernização da economia goiana.....	117
2. Modernização da agricultura e urbanização do território goiano	121
3. A população goiana: povoamento, movimentos migratórios e densidade demográfica.....	122
4. Economia goiana.....	128
5. As regiões goianas e as desigualdades regionais	129
6. Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo.....	134
7. Aspectos da história social de goiás: o povoamento branco, os grupos indígenas, a escravidão e cultura negra, os movimentos sociais no campo e a cultura popular.....	136
8. Aspectos histórico-geográficos de itumbiara-go.....	137

Noções de Informática

1. Família de sistemas operacionais microsoft windows para microcomputadores pessoais: interface gráfica do usuário e seus elementos, além da utilização da ajuda e suporte e dos atalhos de teclado; configurações e painel de controle, abrangendo a solução de problemas; aplicativos pertencentes ao windows (bloco de notas, paint, wordpad e mapa de caracteres).....	143
2. Gerenciamento de arquivos e pastas, incluindo os tipos de arquivos e suas extensões e a pesquisa e localização de conteúdo.....	185
3. Procedimentos de backup e gerenciamento de impressão	188
4. Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação ou desativação de recursos, incluindo a configuração de aplicativos	190
5. Compactação e extração de conteúdo a partir de arquivos zip.....	191
6. Aplicativos para escritórios por meio de software livre e de software proprietário.....	191
7. Processador de textos (criação, edição e formatação de textos e recursos voltados à automação de documentos)	194
8. Planilha eletrônica (tipos de dados e referências, criação de planilhas e gráficos, inserindo fórmulas aritméticas e fórmulas baseadas em funções de planilha, configuração de página e impressão, formatação de células e formatação condicional, validação de dados e aplicação de filtros e obtenção de dados de fontes externas)	211
9. Gerador de apresentação (criação de slides, formatação e inserção de imagens e objetos e efeitos de transição e animações, apresentação de slides e exportação para o formato pdf)	231
10. Navegadores de internet, serviços de busca na web	243
11. Serviços de correio eletrônico	246

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica – PEB I – Pedagogia

1. Educação e Proteção Social: a prevenção dos riscos sociais e das vulnerabilidades de crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres e pessoas com necessidades especiais	255
2. O Paradigma Educativo no SINASE: a função da escola no desenvolvimento do adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.....	257
3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	260
4. Mediação e Gestão de Conflitos na Prática Educativa e Social	279

ÍNDICE

5. O Atendimento Educacional Especializado no Contexto das Instituições de Assistência Social	281
6. Sexualidade, Gênero e Educação para Prevenção de Violências e Garantias de Direitos.....	284
7. Diversidade Cultural e Formação para Cidadania	286
8. Educação e Saúde Mental: Ações intersetoriais para prevenção, promoção e cuidado da população em situação de vulnerabilidade social	288
9. Teorias educacionais e Teorias pedagógicas	292
10. Metodologias ativas em sala de aula	294
11. Função social da escola.....	295
12. Avaliação da educação escolar	296
13. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica	298
14. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	307
15. Formação inicial e continuada de professores.....	350
16. Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento (Piaget, Vigotski, Wallon).....	351

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS. INTERPRETAÇÃO TEXTUAL DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS SEQUÊNCIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA, DIALOGAL

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

— Introdução

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

— Tipos Textuais: Definição e Características Gerais

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.

Exemplos de gêneros textuais descritivos: anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

Características principais:

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.

– **Exemplos de gêneros textuais injuntivos:** receitas culinárias, bulas de remédio, manuais de instrução, regulamentos e editais.

Tipo Textual Expositivo

O texto expositivo tem como principal objetivo informar, esclarecer ou explicar determinado assunto ao leitor. Sua função é apresentar informações de forma clara, imparcial e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar.

Características principais:

- Apresenta uma estrutura clara, com introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Uso de linguagem formal, objetiva e impessoal.
- O verbo é empregado predominantemente no presente, e a organização das ideias segue uma sequência lógica e ordenada.

Exemplos de gêneros textuais expositivos: enciclopédias, artigos científicos, verbetes de dicionário, palestras e entrevistas.

Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é amplamente utilizado em redações de concursos e vestibulares. Seu objetivo é expor ideias, discutir um tema e defender um ponto de vista, utilizando argumentos consistentes e bem estruturados.

Características principais:

- Estrutura típica com introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (argumentos) e conclusão (reforço ou síntese da ideia principal).
- Presença de elementos que visam convencer o leitor, como citações, dados estatísticos, exemplos e comparações.
- Uso de verbos no presente, em primeira ou terceira pessoa, dependendo do grau de formalidade.

Exemplos de gêneros textuais dissertativo-argumentativos: artigos de opinião, editoriais, ensaios, resenhas e cartas argumentativas.

Tipo Textual Narrativo

O tipo narrativo é aquele em que o autor conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, um enredo, tempo e espaço. A narrativa envolve a apresentação de eventos que se desenrolam ao longo do tempo, seguindo uma sequência lógica.

Características principais:

- Presença de personagens, narrador, enredo, tempo e espaço.
- Uso predominante de verbos no pretérito, que conferem a ideia de acontecimentos já ocorridos.
- Pode adotar diferentes tipos de narrador, como o narrador em primeira pessoa (participa da história) ou o narrador em terceira pessoa (observador ou onisciente).

Exemplos de gêneros textuais narrativos: contos, romances, fábulas, crônicas e lendas.

Relação Entre os Tipos Textuais e a Função Comunicativa

Os tipos textuais servem como base para a construção de qualquer texto e têm uma função comunicativa que orienta a escolha das estruturas gramaticais, do vocabulário e do estilo de escrita. Por exemplo, ao produzir um texto narrativo, espera-se que haja uma sequência de ações e eventos; ao criar um texto dissertativo-argumentativo, é necessário apresentar e defender uma ideia de forma lógica e coerente.

A compreensão das características dos tipos textuais é fundamental para que os candidatos sejam capazes de identificar a estrutura e a finalidade dos textos em provas de concursos públicos, assim como para que possam produzir redações de acordo com as exigências da banca examinadora. Portanto, o conhecimento aprofundado dos tipos textuais é um diferencial importante para o sucesso em questões que abordam análise e produção textual.

Análise dos Principais Tipos Textuais

Os tipos textuais são a base que orienta a construção e a organização de um texto, guiando a forma como as informações são apresentadas e recebidas pelo leitor. A seguir, analisaremos

em detalhes os cinco principais tipos textuais: descritivo, injuntivo, expositivo, dissertativo-argumentativo e narrativo, destacando suas características, usos e exemplos práticos. Esse entendimento é fundamental para a interpretação e produção de textos, especialmente em contextos como concursos públicos e vestibulares, nos quais a capacidade de identificar e aplicar os tipos textuais é frequentemente avaliada.

Tipo Textual Descritivo

O tipo textual descritivo tem como objetivo pintar uma imagem mental de um objeto, pessoa, ambiente, situação ou sentimento, fornecendo detalhes que ajudam o leitor a “visualizar” o que está sendo descrito. É comum encontrar a descrição em textos literários, em que o autor deseja criar um cenário ou caracterizar um personagem, mas ela também aparece em textos não literários, como anúncios classificados, cardápios e laudos médicos.

Características principais:

– **Uso de adjetivos e locuções adjetivas:** Proporcionam detalhes sobre características físicas ou emocionais do que está sendo descrito.

– **Verbos de ligação:** Verbos como “ser”, “estar” e “parecer” são frequentes, pois ajudam a conectar as características ao objeto descrito.

– **Detalhamento minucioso:** Enumeração de características que podem incluir cor, forma, tamanho, textura, cheiro e emoções, tornando a descrição rica e detalhada.

– **Estilo estático:** A descrição não envolve ação ou movimento; o foco é a apresentação das características.

– **Exemplos de uso:** Biografias, descrições em romances, relatórios técnicos e anúncios de classificados.

Exemplo prático: “A casa era pequena, de paredes brancas, janelas azuis e telhado vermelho. O jardim à frente era bem cuidado, com flores amarelas e rosas que exalavam um perfume suave.”

Tipo Textual Injuntivo

O tipo textual injuntivo, também chamado de instrucional, tem como finalidade orientar, instruir ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Esse tipo é utilizado em textos que apresentam comandos, instruções ou regras, e é bastante comum em manuais de instruções, receitas culinárias, editais de concursos e regulamentos.

Características principais:

– **Uso de verbos no modo imperativo:** O uso de verbos como “faça”, “coloque”, “misture” é frequente, indicando instruções claras e diretas.

– **Frases curtas e objetivas:** O texto é conciso e vai direto ao ponto, facilitando a compreensão do leitor.

– **Linguagem clara e prática:** Evita ambiguidades e busca a eficiência na comunicação.

– **Exemplos de uso:** Receitas de culinária, manuais de instruções, leis, regulamentos e bulas de remédio.

Exemplo prático: “Misture a farinha e o fermento em uma tigela. Adicione o leite aos poucos, mexendo bem para não formar grumos. Cozinhe em fogo baixo até engrossar.”

Tipo Textual Expositivo

O tipo textual expositivo tem a função de expor, informar ou explicar um tema, fato ou conceito ao leitor de forma clara e objetiva, sem a intenção de convencer ou influenciar. É comumente utilizado em textos que têm como objetivo transmitir conhecimento, como artigos acadêmicos, enciclopédias, resumos, verbetes e reportagens informativas.

Características principais:

– **Organização lógica:** O texto geralmente é estruturado com introdução, desenvolvimento e conclusão, apresentando o tema de maneira ordenada.

– **Linguagem clara e objetiva:** Não há subjetividade ou opiniões pessoais; o foco é fornecer informações de forma neutra.

– **Presença de exemplos, definições e explicações:** Para facilitar a compreensão do leitor, o autor utiliza recursos que ajudam a esclarecer o tema.

– **Exemplos de uso:** Textos didáticos, verbetes de dicionário, palestras, conferências e resumos.

Exemplo prático: “A água é uma substância composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio (H₂O). Ela é essencial para a vida e cobre cerca de 71% da superfície do planeta.”

Tipo Textual Dissertativo-Argumentativo

O tipo dissertativo-argumentativo é um dos mais cobrados em provas e concursos públicos. Seu objetivo é discutir um tema, apresentar um ponto de vista e convencer o leitor de uma determinada opinião ou tese. Para isso, o texto utiliza argumentos sólidos e bem estruturados, com exemplos, dados e referências que reforçam a posição defendida.

Características principais:

– **Estrutura bem definida:** Composto por introdução (apresentação da tese), desenvolvimento (apresentação dos argumentos) e conclusão (reforço da tese ou proposta de solução).

– **Uso de recursos argumentativos:** Inclui citações, exemplos, comparações, dados estatísticos e contra-argumentos para fundamentar a tese.

– **Linguagem formal e objetiva:** O texto deve ser claro, coerente e evitar gírias ou expressões coloquiais.

– **Exemplos de uso:** Redações de concursos, artigos de opinião, editoriais, ensaios e monografias.

Exemplo prático: “A educação é a chave para o desenvolvimento de um país. Investir em escolas e formação de professores é fundamental para garantir um futuro próspero, pois é através do conhecimento que se forma uma sociedade consciente e preparada para os desafios do mundo moderno.”

Tipo Textual Narrativo

O tipo textual narrativo conta uma história, real ou fictícia, envolvendo personagens, acontecimentos, tempo e espaço. É muito utilizado em textos literários, mas também pode aparecer em relatos de experiências, anedotas, notícias e biografias.

Características principais:

– **Presença de enredo:** A narrativa possui uma sequência de eventos que formam a trama da história.

– **Elementos essenciais:** Envolve personagens, tempo (quando a história acontece), espaço (onde ocorre), narrador (quem conta a história) e conflito (problema ou situação a ser resolvida).

– **Uso de verbos no passado:** O tempo verbal predominante é o pretérito, pois as ações narradas geralmente já ocorreram.

– **Exemplos de uso:** Contos, romances, crônicas, lendas e notícias.

Exemplo prático: “João sempre sonhou em ser piloto. Desde criança, colecionava aviõezinhos de papel e passava horas imaginando-se voando pelo céu. Um dia, decidiu que era hora de transformar seu sonho em realidade e se inscreveu em uma escola de aviação.”

Relação Entre os Tipos Textuais e os Gêneros Textuais

Enquanto os tipos textuais representam a estrutura e o propósito de um texto, os gêneros textuais são as diversas formas que esses tipos assumem na prática. Por exemplo, um tipo narrativo pode aparecer em gêneros como conto, novela, fábula ou notícia. Compreender essas diferenças é essencial para responder questões de interpretação de texto em provas e para a produção de redações que atendam às exigências de concursos públicos.

A análise dos tipos textuais oferece uma base sólida para entender a organização e a intenção comunicativa de qualquer texto. Ao reconhecer os elementos que caracterizam cada tipo, o leitor e o escritor se tornam capazes de interpretar e produzir textos com maior eficiência e precisão, habilidades indispensáveis para quem se prepara para provas e concursos.

— Gêneros Textuais: Conceito e Exemplos

Os gêneros textuais são formas concretas e específicas de comunicação que se manifestam a partir dos tipos textuais, adaptando-se às variadas situações de interação e necessidades sociais. Ao contrário dos tipos textuais, que são modelos mais abstratos e fixos, os gêneros textuais são mais diversificados, dinâmicos e abrangem uma vasta gama de possibilidades que atendem a diferentes finalidades comunicativas. Eles refletem o modo como as pessoas se comunicam em situações do cotidiano, podendo variar de acordo com o contexto, o meio de circulação, a intenção do emissor e as expectativas do receptor.

Conceito de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais representam as diversas formas que os textos assumem para atender às demandas da comunicação em diferentes contextos. Eles surgem a partir da combinação das características dos tipos textuais, resultando em produções que cumprem funções comunicativas específicas, como informar, convencer, instruir, divertir, relatar, entre outras. Por isso, os gêneros textuais são múltiplos e estão em constante transformação, acompanhando as mudanças culturais, tecnológicas e sociais.

Ao longo do tempo, surgem novos gêneros e outros se transformam ou desaparecem, adaptando-se aos avanços tecnológicos e aos novos meios de comunicação. Por exemplo, com o surgimento da internet, novos gêneros textuais, como e-mails,

blogs, postagens em redes sociais e mensagens de WhatsApp, passaram a fazer parte do nosso cotidiano, refletindo as mudanças na maneira como nos comunicamos.

Características dos Gêneros Textuais

– **Variabilidade e adaptabilidade:** Os gêneros textuais são variados e se adaptam a diferentes situações comunicativas, podendo surgir novos gêneros ou modificações nos já existentes.

– **Função social:** Cada gênero textual cumpre uma função social, seja informar, persuadir, instruir, divertir ou expressar sentimentos.

– **Estrutura e linguagem específicas:** Embora sejam flexíveis, os gêneros possuem características estruturais e linguísticas próprias que os identificam, como o formato, o estilo e o vocabulário.

– **Contexto e intencionalidade:** A escolha de um gênero textual depende do contexto de comunicação e da intenção do emissor, ou seja, do objetivo que se quer alcançar com o texto.

Exemplos de Gêneros Textuais em Relação aos Tipos Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de acordo com o tipo textual predominante que utilizam. A seguir, apresentamos uma análise dos gêneros textuais mais comuns, associando-os aos respectivos tipos textuais:

– Gêneros Descritivos

Os gêneros descritivos são aqueles em que a descrição é a principal característica. Esses gêneros buscam retratar objetos, lugares, pessoas, sentimentos ou situações de forma detalhada, permitindo que o leitor forme uma imagem clara do que está sendo apresentado.

Exemplos de gêneros descritivos:

– **Biografia:** Texto que narra a vida de uma pessoa, apresentando detalhes sobre sua trajetória, conquistas e momentos importantes.

– **Diário:** Registro pessoal de acontecimentos do dia a dia, sentimentos e reflexões.

– **Anúncios classificados:** Pequenos textos que descrevem produtos, serviços ou oportunidades de forma objetiva e concisa.

– **Currículo:** Documento que apresenta as qualificações, experiências e habilidades profissionais de uma pessoa.

Exemplo prático de anúncio classificado: “Vende-se apartamento de 2 quartos, sala ampla, cozinha, banheiro e área de serviço. Localizado no centro da cidade, próximo a supermercados e escolas.”

– Gêneros Injuntivos

Os gêneros injuntivos visam instruir, orientar ou ordenar o leitor a realizar uma determinada ação. Eles apresentam informações de forma clara e objetiva, com o uso frequente de verbos no modo imperativo.

Exemplos de gêneros injuntivos:

– **Receita culinária:** Orienta o leitor sobre como preparar um prato, listando os ingredientes e o modo de preparo.

– **Manual de instruções:** Fornece instruções sobre como utilizar um equipamento ou produto de forma correta e segura.

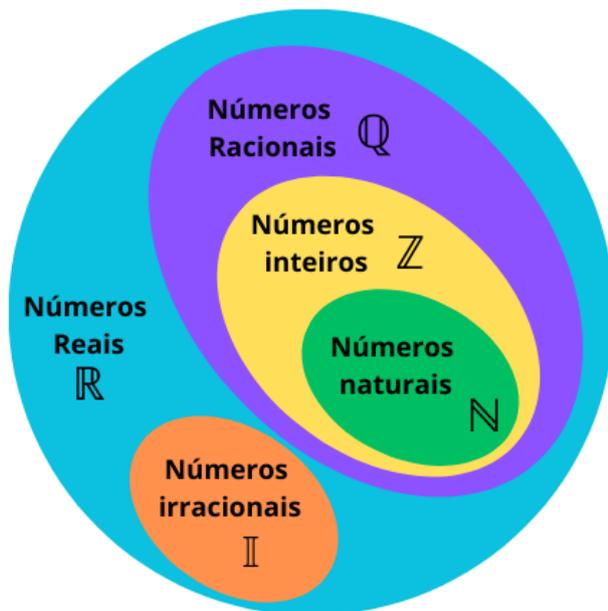
MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS. NÚMEROS NATURAIS E NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES E RELAÇÃO DE ORDEM. NÚMEROS RACIONAIS E REAIS: OPERAÇÕES, RELAÇÃO DE ORDEM, PROPRIEDADES E VALOR ABSOLUTO. NÚMEROS COMPLEXOS: CONCEITO, OPERAÇÕES E REPRESENTAÇÃO GEOMÉTRICA

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

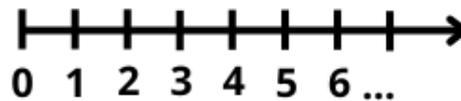
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

$N^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

$N_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

$N_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

$P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

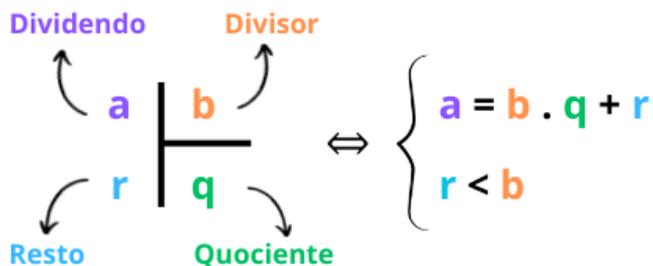
Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: $3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ".", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- 1) Associativa da adição: $(a + b) + c = a + (b + c)$
- 2) Comutativa da adição: $a + b = b + a$
- 3) Elemento neutro da adição: $a + 0 = a$
- 4) Associativa da multiplicação: $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- 5) Comutativa da multiplicação: $a \cdot b = b \cdot a$
- 6) Elemento neutro da multiplicação: $a \cdot 1 = a$
- 7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição: $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- 8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração: $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- 9) Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1. Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Solução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6): $5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2$.

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

2. João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branços	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Solução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

3. Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
 (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Solução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$
 Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

- (A) 1
 (B) 2
 (C) 3
 (D) 4
 (E) 5

Solução:

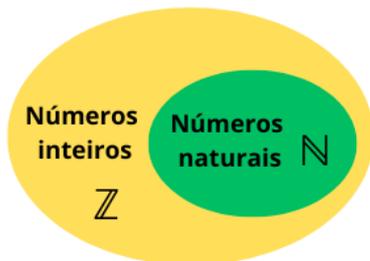
Divisão: $32 \div 6 = 5$ grupos completos, com $32 - (6 \times 5) = 2$ alunos sobrando.

Resposta: B.

CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS (Z)

O conjunto dos números inteiros é denotado pela letra maiúscula Z e compreende os números inteiros negativos, positivos e o zero.

$$Z = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$$



O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

$Z_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

$Z_- = \{\dots, -4, -3, -2, -1, 0\}$: conjunto dos números inteiros não positivos.

$Z^*_+ = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

$Z^- = \{\dots, -4, -3, -2, -1\}$: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Módulo

O módulo de um número inteiro é a distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Ele é representado pelo símbolo $| \cdot |$.

O módulo de 0 é 0 e indica-se $|0| = 0$

O módulo de +6 é 6 e indica-se $|+6| = 6$

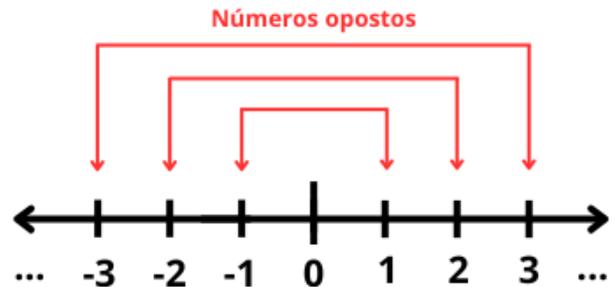
O módulo de -3 é 3 e indica-se $|-3| = 3$

O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

Números Opostos

Dois números inteiros são considerados opostos quando sua soma resulta em zero; dessa forma, os pontos que os representam na reta numérica estão equidistantes da origem.

Exemplo: o oposto do número 4 é -4, e o oposto de -4 é 4, pois $4 + (-4) = (-4) + 4 = 0$. Em termos gerais, o oposto, ou simétrico, de "a" é "-a", e vice-versa; notavelmente, o oposto de zero é o próprio zero.



Operações com Números Inteiros

Adição de Números Inteiros

Para facilitar a compreensão dessa operação, associamos a ideia de ganhar aos números inteiros positivos e a ideia de perder aos números inteiros negativos.

Ganhar 3 + ganhar 5 = ganhar 8 ($3 + 5 = 8$)

Perder 4 + perder 3 = perder 7 ($-4 + (-3) = -7$)

Ganhar 5 + perder 3 = ganhar 2 ($5 + (-3) = 2$)

Perder 5 + ganhar 3 = perder 2 ($-5 + 3 = -2$)

Observação: O sinal (+) antes do número positivo pode ser omitido, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

Subtração de Números Inteiros

A subtração é utilizada nos seguintes casos:

- Ao retirarmos uma quantidade de outra quantidade;
- Quando temos duas quantidades e queremos saber a diferença entre elas;
- Quando temos duas quantidades e desejamos saber quanto falta para que uma delas atinja a outra.

A subtração é a operação inversa da adição. Concluímos que subtrair dois números inteiros é equivalente a adicionar o primeiro com o oposto do segundo.

Observação: todos os parênteses, colchetes, chaves, números, etc., precedidos de sinal negativo têm seu sinal invertido, ou seja, representam o seu oposto.

Multiplicação de Números Inteiros

A multiplicação funciona como uma forma simplificada de adição quando os números são repetidos. Podemos entender essa situação como ganhar repetidamente uma determinada quantidade. Por exemplo, ganhar 1 objeto 15 vezes consecutivas significa ganhar 15 objetos, e essa repetição pode ser indicada pelo símbolo “x”, ou seja: $1 + 1 + 1 + \dots + 1 = 15 \times 1 = 15$.

Se substituirmos o número 1 pelo número 2, obtemos: $2 + 2 + 2 + \dots + 2 = 15 \times 2 = 30$

Na multiplicação, o produto dos números “a” e “b” pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

Divisão de Números Inteiros

Considere o cálculo: $-15/3 = q$ à $3q = -15$ à $q = -5$

No exemplo dado, podemos concluir que, para realizar a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro (diferente de zero), dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

No conjunto dos números inteiros \mathbb{Z} , a divisão não é comutativa, não é associativa, e não possui a propriedade da existência do elemento neutro. Além disso, não é possível realizar a divisão por zero. Quando dividimos zero por qualquer número inteiro (diferente de zero), o resultado é sempre zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

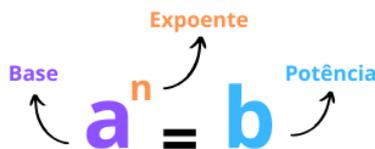
Regra de sinais

Multiplicação		Divisão
$\oplus \times \oplus = \oplus$		$\oplus \div \oplus = \oplus$
$\ominus \times \ominus = \oplus$		$\ominus \div \ominus = \oplus$
$\ominus \times \oplus = \ominus$		$\ominus \div \oplus = \ominus$
$\oplus \times \ominus = \ominus$		$\oplus \div \ominus = \ominus$

Potenciação de Números Inteiros

A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a base e o número n é o expoente.

$a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, ou seja, a é multiplicado por a n vezes.



- Qualquer potência com uma base positiva resulta em um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é par, então o resultado é um número inteiro positivo.
- Se a base da potência é negativa e o expoente é ímpar, então o resultado é um número inteiro negativo.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS: A MINERAÇÃO NO SÉCULO XVIII, A AGROPECUÁRIA NOS SÉCULOS XIX E XX, A ESTRADA DE FERRO E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA

A Ocupação Mineratória – Mineração

Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido, o século XVIII, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo -se a sua efetiva ocupação através da mineração. A primeira região ocupada em Goiás foi a região do Rio Vermelho. Entre 1727 e 1732 surgiram diversos arraiais, além de Santana (posteriormente Vila Boa de Goiás), em consequência das explorações auríferas ou da localização na rota de Minas para Goiás. Em 1736 já havia nas minas de Goiás 10.236 escravos. Nas proximidades de Santana surgiram os arraiais de Anta e Ouro Fino; mais para o Norte, Santa Rita, Guarinos e Água Quente. Na porção Sudeste, Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Cruz. Outras povoações surgidas na primeira metade do século XVIII foram: Jaraguá, Corumbá e o Arraial dos Couros (atual Formosa), na rota de ligações de Santana e Pirenópolis a Minas Gerais.

Ao longo dos caminhos que demandavam a Bahia, mais ao Norte, na bacia do Tocantins, localizaram-se diversos núcleos populacionais, como São José do Tocantins (Niquelândia), Traíras, Cachoeira, Flores, São Félix, Arraias (TO), Natividade (TO), Chapada (TO) e Muquém. Na década de 1740 a porção mais povoada de Goiás era o Sul, mas a expansão rumo ao norte prosseguia com a implantação dos arraiais do Carmo (TO), Conceição (TO), São Domingos, São José do Duro (TO), Amaro Leite, Cavalcante, Vila de Palma (TO), hoje Paranã, e Pilar de Goiás e Porto Real (TO), atual Porto Nacional, a povoação mais setentrional de Goiás.

O sistema de datas

Era através do sistema de datas que se organizava a exploração do ouro, conforme o ordenamento jurídico da época. Assim que um veio de ouro era descoberto em uma região mineradora, imediatamente, o Superintendente das Minas ordenava que a região fosse medida e dividida em lotes para poder ter início o processo de mineração. Cada lote tinha a medida de 30 x 30 braças (uma braça tem 2,20m), ou seja, aproximadamente 66 x 66m. Estes lotes recebiam a denominação de datas e, cada data, por sua vez, era equivalente a uma lavra de mineração.

As datas se distribuíam da seguinte forma:

- O minerador responsável pelo achado escolhia a primeira data para si. Um funcionário da Real Fazenda (o ministério responsável pela mineração na época) escolhia a segunda data para o rei. O responsável pelo achado tinha o direito de escolher mais uma.

- O rei não tinha interesse em explorar diretamente a sua data e ordenava que ela fosse leiloada entre os mineradores interessados em explorá-la. Quem pagasse mais ficaria com ela. O dinheiro do leilão era enviado a Portugal, como renda pessoal do rei. As demais datas eram distribuídas por sorteio aos mineradores que possuísem um mínimo de doze escravos para poder explorá-las. Cada minerador tinha direito a uma data por vez. Repare que a atividade mineradora era extremamente intensiva em utilização de mão-de-obra. Doze homens trabalhavam junto em um espaço de apenas uma lavra.

O início da mobilidade social

Diferentemente da economia canavieira (cana-de-açúcar) que tinha uma sociedade estamental (no estado em que você nasceu permanece), a sociedade mineradora não era estática. Havia a possibilidade, mesmo que pequena, de mudança de classe social. Foi o início da mobilidade social no Brasil.

Existiam dois tipos de mineradores, o grande, era o minerador de lavra, e o pequeno, o de fisco. O minerador de lavra era aquele, dono de pelo menos 12 escravos, que participava do sorteio das datas e tinha o direito de explorar os veios de ouro em primeiro lugar. Quando uma lavra começava a demonstrar esgotamento e a produtividade caía geralmente ela era abandonada e, a partir deste momento, o fisco poderia ficar com o que sobrou dela.

O fisco era o minerador com pequena quantidade de escravos, insuficientes para participar dos sorteios, ou mesmo o trabalhador individual, que só tinha a sua bateia para tentar a sorte nas lavras abandonadas. Alguns conseguiram ir juntando ouro suficiente para adquirir mais escravos e, posteriormente, passaram a ser grandes mineradores. Alguns até fizeram fortuna.

Existem registro de alguns proprietários de escravos que os deixavam fisco nos seus poucos momentos de descanso e alguns até conseguiram comprar a sua carta de alforria, documento que garantia a liberdade ao escravo. Tropeiros que abasteciam as regiões mineradoras também conseguiram enriquecer. Tome cuidado, porém, com uma coisa. A mobilidade social era pequena, não foi suficiente para desenvolver uma classe média.

Classe social pressupõe uma grande quantidade de pessoas, e o número daquelas que conseguiam ascender não era suficiente para isso. Só se pode falar em classe média no Brasil, a partir da industrialização.

Povoamento irregular

O povoamento determinado pela mineração do ouro é um povoamento muito irregular e mais instável; sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha e desaparece, isso porque o ouro encontrado em Goiás era o ouro de aluvião, em pequenas partículas, que ficavam depositadas no leito de rios e córregos ou no sopé das montanhas, geralmente. Sua extração era rápida e logo as jazidas se esgotavam forçando os mineiros a se mudarem em busca de novas áreas para mineração. A produção de ouro em Goiás foi maior que a de Mato Grosso, porém muito menor que em Minas Gerais. O declínio da produção foi rápido.

O pico de foi em 1753, mas 50 anos depois a produção já era insignificante. Luís Palacín afirma que esses são os dados oficiais disponíveis, porém, o volume de ouro extraído deve ter sido muito maior. De acordo com esse historiador, a maior parte do ouro retirada era sonogada para fugir dos pesados impostos e, portanto, não sabemos ao certo quanto ouro foi retirado de fato das terras goianas.

Declínio da Mineração

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal começou a entrar em fase de decadência progressiva, que coincidiu com o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. Então desde 1778, a produção bruta das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais das minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do decréscimo progressivo do rendimento por escravo. O último grande achado mineratório em Goiás deu-se na cidade de Anicuns, em 1809, no sul da capitania.

A atividade agropecuária nas regiões mineradoras

Assim que foram descobertas grandes jazidas de ouro no Brasil logo se organizou uma hierarquia da produção: os territórios de minas deveriam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam ser importados. Isso era resquício da mentalidade Mercantilista, em voga na época, que, durante muito tempo, identificou a riqueza com a posse dos metais preciosos. Os alimentos e todas as outras coisas necessárias para a vida vinham das capitanias da costa. As minas eram assim, uma espécie de colônia dentro da colônia, no dizer do historiador Luís Palacín. Isso nos explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinquenta primeiros anos. Tal sistema não se devia exclusivamente aos desejos e à política dos dirigentes; era também decorrente da mentalidade do povo.

O Final da Mineração e Tentativa de navegação no Araguaia e Tocantins

A partir de 1775, com a mineração em franco declínio, o Primeiro Ministro de Portugal, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, toma diversas medidas para diversificar a economia no Brasil, sendo que várias delas vão afetar diretamente a capitania de Goiás. A primeira, como tentativa de estimular a produção, foi isentar de impostos por um período de 10 anos os lavradores que fundassem estabelecimentos agrícolas às margens dos rios. Dentre os produtos beneficiados estavam o algodão, a cana-de-açúcar e o gado. A segunda medida foi a criação, em 1775 da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão,

para explorar a navegação e o comércio nos rios amazônicos, incluindo os rios Araguaia e Tocantins. O Marquês de Pombal também ordenou a criação dos chamados aldeamentos indígenas. Todas essas medidas fracassaram.

Novas tentativas de reativação da Economia

Na primeira metade dos séculos XIX, era desolador o estado da capitania de Goiás. Com a decadência a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões, os arraiais desapareciam ou se arruinavam e a agropecuária estava circunscrita à produção de subsistência. Como medidas salvadoras, o príncipe regente D. João VI, assim que chegou ao Brasil, em 1808, passou a incentivar a agricultura, a pecuária, o comércio e a navegação dos rios. Várias medidas foram anunciadas, mas a maioria nunca saiu do papel:

1) Foi concedida a isenção de impostos pelo período de 10 anos aos lavradores que, nas margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão fundassem estabelecimentos agrícolas.

2) Ênfase à catequese do índio para aculturá-lo e aproveitá-lo como mão-de-obra na agricultura.

3) Criação de presídios às margens dos rios, com os seguintes objetivos: proteger o comércio, auxiliar a navegação e aproveitar o trabalho dos nativos para o cultivo da terra. Presídios eram colônias militares de povoamento, defesa e especialização agrícola. Em Goiás, os mais importantes foram Santa Maria (atual Araguacema-TO), Jurupense, Leopoldina (atual Aruanã-GO), São José dos Martírios. Na verdade, deram poucos resultados, por causa do isolamento e da inaptidão dos soldados no cultivo da terra. A maioria desses presídios desapareceu com o tempo.

4) D. João VI, atendendo a uma antiga demanda de vários capitães-generais (governadores) de Goiás que reclamavam do tamanho gigantesco da área geográfica de Goiás, dividiu o território goiano em duas comarcas: a do sul, compreendendo os julgados de Goiás (cabeça ou sede), de Meia Ponte, de Santa Cruz, de Santa Luzia, de Pilar, de Crixás e de Desemboque; e a do norte ou Comarca de São João das Duas Barras, compreendendo os julgados de Vila de São João da Palma (cabeça ou sede), de Conceição, de Natividade, de Porto Imperial, de São Félix, de Cavalcante e de Traíras. Foi nessa época que surgiram através da navegação: Araguacema, Tocantinópolis, Pedro Afonso, Araguatins e Tocantínia e pela expansão da criação de gado, Lizarda.

A divisão de Goiás em duas comarcas

Esta foi a semente que deu origem ao atual estado do Tocantins, pois ficou determinado que a divisa das duas comarcas fosse mais ou menos à altura do paralelo 13º., atual fronteira entre os dois estados. Outro fato importante foi a nomeação de Joaquim Teotônio Segurado como Ouvidor da Comarca do Norte, que acabou liderando o primeiro movimento separatista. O avanço da Pecuária Com a decadência da mineração a pecuária tornou-se uma opção natural, por vários motivos:

1) O isolamento provocado pela falta de estradas e da precária navegação impediam o desenvolvimento de uma agricultura comercial.

2) O gado não necessita de estradas, auto locomove-se por trilhas e campos até o local de comercialização e/ou abate.

3) Existência de pastagem natural abundante. Especialmente nos chamados cerrados de campo limpo.

4) O investimento era pequeno e o rebanho se multiplicava naturalmente.

5) Não necessita de uso de mão-de-obra intensiva, como na mineração. Aliás, dispensa mão-de-obra escrava.

6) Não era preciso pagar salário aos vaqueiros, que eram homens livres e que trabalhavam por produtividade. Recebiam um percentual dos bezerros que nasciam nas fazendas (regime de sorte). Um novo tipo de povoamento se estabeleceu a partir do final do século XVIII, sobretudo no Sul da capitania, onde campos de pastagens naturais se transformaram em centros de criação. A necessidade de tomar dos silvícolas (índios) áreas sob seu domínio, que estrangulavam a marcha do povoamento rumo às porções setentrionais (norte), propiciou também a expansão da ocupação neste período.

A ocupação de Goiás, quando no Sul e no Norte de Goiás, no início do século XIX, a mineração era de pequena monta, fazendo surgir um novo surto econômico e de povoamento representado pela pecuária, estabelecida através de duas grandes vias de penetração: a do Nordeste, representada por criadores e rebanhos nordestinos, que pelo São Francisco se espalharam pelo Oeste da Bahia, penetrando nas zonas adjacentes de Goiás. O Arraial dos Couros (Formosa) foi o grande centro dessa via. A de São Paulo e Minas Gerais, que através dos antigos caminhos da mineração, penetrou no território goiano, estabilizando-se no Sudoeste da capitania. Assim, extensas áreas do território goiano foram ocupadas em função da pecuária, dela derivando a expansão do povoamento e o surgimento de cidades como Itaberaí, inicialmente uma fazenda de criação, e Anápolis, local de passagem de muitos fazendeiros de gado que iam em demanda à região das minas e que, impressionados com seus campos, aí se instalaram.

A pecuária

Está se desenvolve melhor no Sul devido ao povoamento oriundo da pecuária, entretanto, apresentou numerosos problemas. Não foi, por exemplo, um povoamento uniforme: caracterizou-se pela má distribuição e pela heterogeneidade do seu crescimento. Prosperou mais no Sul, que ficava mais perto do mercado consumidor do Sudeste e do litoral. Enquanto algumas áreas permaneceram estacionárias – principalmente no Norte, outras decaíram (os antigos centros mineradores), e outras ainda, localizadas principalmente na região Centro-Sul, surgiram e se desenvolveram, em decorrência sobretudo do surto migratório de paulistas, mineiros e nordestinos. Durante o século XIX a população de Goiás aumentou continuamente, não só pelo crescimento vegetativo, como pelas migrações dos Estados vizinhos.

Os índios diminuíram quantitativamente e a contribuição estrangeira foi inexistente. A pecuária tornou-se o setor mais importante da economia. O incremento da pecuária trouxe como consequência o crescimento da população. Correntes migratórias chegavam em Goiás oriundas do Pará, do Maranhão, da Bahia e de Minas, povoando os inóspitos sertões. Povoações surgidas no período: no Sul de Goiás: arraial do Bonfim (Silvânia), à margem do rio Vermelho, fundado por mineradores que haviam abandonado as minas de Santa Luzia, em fase de esgotamento. Campo Alegre, originada de um pouso de tropeiros; primitivamente, chamou-se Arraial do Calaça. Ipameri, fundada por criadores e lavradores procedentes de Minas Gerais. Santo Antônio do Morro do Chapéu (Monte Alegre de Goiás), na zona Centro-Oriental, na rota do sertão baiano. Posse, surgida no início do século XIX, em consequência da fixação de criadores de gado de origem nordestina.

O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1823)

Em 1821, houve a primeira tentativa oficial de criação do que hoje é o estado do Tocantins. O movimento iniciou-se na cidade de Cavalcante. O mais proeminente líder do movimento separatista foi o ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, que já manifestara preocupação com o desenvolvimento do norte goiano antes mesmo de se instalar na região. Teotônio Segurado, entre 1804 e 1809, fora ouvidor de toda a Capitania de Goiás e, quando em 1809, o território goiano foi dividido em duas comarcas, por D. João VI, ele tornou-se ouvidor da comarca do norte. Teotônio declarou a Comarca do Norte (o que corresponde ao atual estado do Tocantins) independente da comarca do sul (atual estado de Goiás). É importante destacar que Teotônio Segurado não era propriamente um defensor da causa da independência brasileira, diferenciando-se, portanto, do “grupo de radicais”, liderados pelo Padre Luíz Bartolomeu Marques, originário de Vila Boa. O ouvidor defendia a manutenção do vínculo com as Cortes de Lisboa, sendo inclusive, eleito representante goiano para aquela assembleia, cuja função seria elaborar uma Constituição comum para todos os territórios ligados à Coroa Portuguesa.

Estrada de ferro dinamiza povoamento de Goiás

A construção da Estrada de Ferro foi o primeiro dinamismo na urbanização de Goiás. Em 1896 a Estrada de Ferro Mogiana chegou até Araguari (MG). Em 1909, os trilhos da Paulista atingiram Barretos (SP). Em 1913 Goiás foi ligado à Minas Gerais pela E.F. Goiás e pela Rede Mineira de Viação. Inaugurava-se uma nova etapa na ocupação do Estado.

O expressivo papel das ferrovias na intensificação do povoamento goiano ligou-se a duas ordens principais de fato res: de um lado, facilitou o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral; de outro, possibilitou a ocupação de vastas áreas da região meridional de Goiás, correspondendo à efetiva ocupação agrícola de parte do território goiano.

Entre 1888 e 1930, o adensamento e a expansão do povoamento nas porções meridionais de Goiás (Sudeste, Sul e Sudoeste) evidenciaram-se através da formação de diversos povoados, como: Santana das Antas (Anápolis), Rio Verde das Abóboras (Rio Verde), São Sebastião do Alemão (Palmeiras), Nazário, Catingueiro Grande (Itauçu), Inhumas, Cerrado (Nerópolis), Ribeirão (Guapó), Santo Antônio das Grimpas (Hidrolândia), Pindaibinha (Leopoldo de Bulhões), Vianópolis, Gameleira (Cristianópolis), Urutaí, Goiandira, Ouvidor, Cumari, Nova Aurora, Boa Vista de Marzagão (Marzagão), Cachoeira Alta, São Sebastião das Bananeiras (Goiatuba), Serrania (Mairipotaba), Água Fria (Caçu), Cachoeira da Fumaça (Cachoeira de Goiás), Santa Rita de Goiás, Bom Jardim (Bom Jardim de Goiás) e Baliza.

Dez novos municípios surgiram então: Planaltina, Orizona, Bela Vista, Corumbaíba, Itumbiara, Mineiros, Anicuns, Trindade, Cristalina, Pires do Rio, Caldas Novas e Buriti Alegre.

Economia

Chegada da Ferrovia Goiás

1913 – Goiandira, Ipameri e Catalão
 1924 – Vianópolis 1930 – Silvânia
 1931 – Leopoldo de Bulhões
 1935 – Anápolis - Aumento da atividade agrícola (arroz, milho e feijão) - Charqueadas (Catalão, Ipameri e Pires do Rio)

Movimentos de Contestação ao coronelismo

- 1919 – Revolta em São José do Duro (Cel. Abílio Wolney)
- 1925 – Benedita Cypriana Gomes (Santa Dica)
- 1924-27 - Coluna Prestes (Tenentismo)

Imigração Árabes: sírios e libaneses (dispersaram pelo estado de Goiás – Goiânia, Anápolis, Catalão, dentre outras cidades)
 Alemães (Colônia de Uvá – Cidade de Goiás)
 Italianos (Nova Veneza)

As Colônias Agrícolas

A par do estímulo à fundação de Goiânia, centro dinamizador da região, o Governo Federal prosseguiu a sua política de interiorização através da fundação de várias colônias agrícolas espalhadas pelas áreas mais frágeis do País. Em Goiás, esta política foi concretizada na criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás e na ação da Fundação Brasil Central. Estes empreendimentos deram um novo impulso na expansão rumo ao Oeste. A cidade de Ceres e Carmo do Rio

A modernização

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do mato grosso goiano, a campanha nacional “marcha para o oeste”, que culmina na década de 50 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. A partir da década de 1960, o estado passa a apresentar um processo dinâmico de desenvolvimento. Nos anos mais recentes, Goiás passa a ser um grande exportador de commodities agropecuárias, destacando-se pelo rápido processo de industrialização. Hoje, está bastante inserido no comércio nacional, aprofundando e diversificando, a cada dia, suas relações com os grandes centros comerciais.

O processo de modernização agrícola na década de 1970 e o posterior desenvolvimento do setor agroindustrial na década de 1980 representaram uma nova página para o desenvolvimento do estado de Goiás. A expansão desses setores ampliou as exportações e os elos da cadeia industrial goiana.

Apesar da suposta “vocação natural” do estado para agricultura, o papel interventor do setor público, tanto federal, como estadual, foi vital para o processo de moderniza o da agricultura e desenvolvimento do setor agroindustrial. Os trabalhos de Estevam (2004), Pires e Ramos (2009), e Castro e Fonseca (1995) mostram com detalhes como o setor público foi essencial para a estrutura o dessas atividades no território goiano. As culturas priorizadas foram, principalmente, a soja, o milho e, mais recentemente, a cana-de-a u ar. Essas culturas foram selecionadas devido ao seu maior potencial exportador e maior encadeamento com a indústria.

Em meio a essas transforma es, em 1988, o norte do estado foi desmembrado, dando origem ao estado do Tocantins.

A partir da década de 1990 houve maior diversifica o do setor industrial por meio do crescimento de atividades do setor de fabrica o de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produ o de etanol. Um fator responsável pela atra o desse capital foram os programas de incentivos fiscais estaduais implementados a partir da década de 1980.

O dinamismo econ mico provocado por todos esses processos ocasionou também a redistribui o da popula o no território, por meio de um intenso  xodo rural. As novas formas de produ o adotadas, intensivas em capital foram as principais responsáveis pela mudança da popula o do campo para a cidade. As cidades que receberam a maior parte desses migrantes do campo foram a capital, Goiânia, as cidades da região do Entorno de Brasília - como Luziânia e Formosa -, e as cidades próximas às regiões que desenvolveram o agronegócio como Rio Verde, Jataí, Cristalina e Catalão.

Goiás tornou-se também um local de alto fluxo migratório nas últimas décadas, tornando-se recentemente um dos estados com maior fluxo migratório líquido do país. As principais razões para esse alto fluxo migratório são a localiza o estratégica, que interliga praticamente todo o país por eixos rodoviários, o dinamismo econ mico e também a proximidade com a capital federal - Brasília.

Os indicadores que medem as condi es de vida da popula o apresentaram desempenho positivo nas últimas duas décadas. Houve queda expressiva do número de pobres e extremamente pobres. Os indicadores de esperança de vida, mortalidade infantil, saúde, educa o apresentaram melhorias significativas. Dentre os indicadores analisados, o único que não tem evolu o desejável   o de acesso   rede de esgoto sanitário.

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo estado de Goiás ao longo das últimas décadas foi baseada, fundamentalmente, no estímulo   atra o de empreendimentos industriais, concentrando-se esforços, basicamente, na dota o de infraestrutura física requerida pelas plantas industriais e na oferta de redu es tributárias por meio dos incentivos fiscais. Essa estratégia parece ter propiciado a alavancagem do crescimento econ mico de Goiás com melhoria de alguns indicadores sociais. Contudo, o desafio ainda   proporcionar um desenvolvimento mais homog neo do território bem como da sua distribui o funcional da renda. Exemplo disso   que o PIB de Goiás permanece concentrado em apenas dez municípios do estado, todos localizados na Metade Sul do território.

Ademais, grandes obras de infraestrutura que estão em andamento no estado como a Ferrovia Norte-Sul, o aeroporto de cargas de Anápolis e duplica o de rodovias, tanto estaduais como federais, devem dar novo fôlego para o seu desenvolvimento.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

FAMÍLIA DE SISTEMAS OPERACIONAIS MICROSOFT WINDOWS PARA MICROCOMPUTADORES PESSOAIS: INTERFACE GRÁFICA DO USUÁRIO E SEUS ELEMENTOS, ALÉM DA UTILIZAÇÃO DA AJUDA E SUPORTE E DOS ATALHOS DE TECLADO; CONFIGURAÇÕES E PAINEL DE CONTROLE, ABRANGENDO A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS; APLICATIVOS PERTENCENTES AO WINDOWS (BLOCO DE NOTAS, PAINT, WORDPAD E MAPA DE CARACTERES)

O Windows é o sistema operacional mais popular do mundo, sendo usado em desktops, laptops, tablets e smartphones. O Windows surgiu em 1985 como uma interface gráfica para o MS-DOS, e desde então evoluiu com diversas versões. Vejamos algumas dessas versões:

WINDOWS XP

O Windows XP é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft. Sua primeira versão foi lançada em 2001, podendo ser encontrado na versão Home (para uso doméstico) ou Professional (mais recursos voltados ao ambiente corporativo).

A função do XP consiste em comandar todo o trabalho do computador através de vários aplicativos que ele traz consigo, oferecendo uma interface de interação com o usuário bastante rica e eficiente.

O XP embute uma porção de acessórios muito úteis como: editor de textos, programas para desenho, programas de entretenimento (jogos, música e vídeos), acesso à internet e gerenciamento de arquivos.



Inicialização do Windows XP.

Ao iniciar o Windows XP a primeira tela que temos é tela de logon, nela, selecionamos o usuário que irá utilizar o computador¹.



Tela de Logon.

Ao entrarmos com o nome do usuário, o Windows efetuará o Logon (entrada no sistema) e nos apresentará a área de trabalho

Área de Trabalho



Área de trabalho do Windows XP.

1 <https://docente.ifrn.edu.br/moisessouto/disciplinas/informatica-basica-1/apostilas/apostila-windows-xp/view>

Na Área de trabalho encontramos os seguintes itens:

Ícones

Figuras que representam recursos do computador, um ícone pode representar um texto, música, programa, fotos e etc. você pode adicionar ícones na área de trabalho, assim como pode excluir. Alguns ícones são padrão do Windows: Meu Computador, Meus Documentos, Meus Locais de Rede, Internet Explorer.



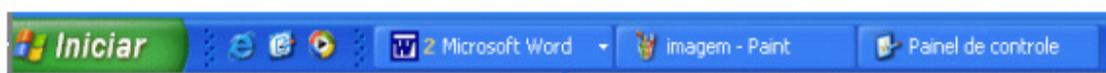
Alguns ícones de aplicativos no Windows XP.

Barra de tarefas

A barra de tarefas mostra quais as janelas estão abertas neste momento, mesmo que algumas estejam minimizadas ou ocultas sob outra janela, permitindo assim, alternar entre estas janelas ou entre programas com rapidez e facilidade.

A barra de tarefas é muito útil no dia a dia. Imagine que você esteja criando um texto em um editor de texto e um de seus colegas lhe pede para você imprimir uma determinada planilha que está em seu micro. Você não precisa fechar o editor de textos.

Apenas salve o arquivo que está trabalhando, abra a planilha e mande imprimir, enquanto imprime você não precisa esperar que a planilha seja totalmente impressa, deixe a impressora trabalhando e volte para o editor de textos, dando um clique no botão correspondente na Barra de tarefas e volte a trabalhar.



Barra de tarefas do Windows XP.

Botão Iniciar

É o principal elemento da Barra de Tarefas. Ele dá acesso ao Menu Iniciar, de onde se pode acessar outros menus que, por sua vez, acionam programas do Windows. Ao ser acionado, o botão Iniciar mostra um menu vertical com várias opções.



Botão Iniciar.

Alguns comandos do menu Iniciar têm uma seta para a direita, significando que há opções adicionais disponíveis em um menu secundário. Se você posicionar o ponteiro sobre um item com uma seta, será exibido outro menu.

O botão Iniciar é a maneira mais fácil de iniciar um programa que estiver instalado no computador, ou fazer alterações nas configurações do computador, localizar um arquivo, abrir um documento.

Menu Iniciar



Menu Iniciar.

O botão iniciar pode ser configurado. No Windows XP, você pode optar por trabalhar com o novo menu Iniciar ou, se preferir, configurar o menu Iniciar para que tenha a aparência das versões anteriores do Windows (95/98/Me). Clique na barra de tarefas com o botão direito do mouse e selecione propriedades e então clique na guia menu Iniciar.

Esta guia tem duas opções:

- **Menu iniciar:** oferece a você acesso mais rápido a e-mail e Internet, seus documentos, imagens e música e aos programas usados recentemente, pois estas opções são exibidas ao se clicar no botão Iniciar. Esta configuração é uma novidade do Windows XP
- **Menu Iniciar Clássico:** Deixa o menu Iniciar com a aparência das versões antigas do Windows, como o Windows ME, 98 e 95.



Propriedades de Barra de tarefas e do Menu Iniciar.

Todos os programas

O menu Todos os Programas, ativa automaticamente outro submenu, no qual aparecem todas as opções de programas. Para entrar neste submenu, arraste o mouse em linha reta para a direção em que o submenu foi aberto. Assim, você poderá selecionar o aplicativo desejado. Para executar, por exemplo, o desfragmentador de disco, basta posicionar o ponteiro do mouse sobre a opção Acessórios. O submenu Acessórios será aberto. Então aponte para Ferramentas de Sistemas e depois para Desfragmentador de disco.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Básica – PEB I – Pedagogia

EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL: A PREVENÇÃO DOS RISCOS SOCIAIS E DAS VULNERABILIDADES DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, IDOSOS, MULHERES E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL NA PREVENÇÃO DE VULNERABILIDADES

A educação e a proteção social estão intrinsecamente relacionadas na promoção do bem-estar e na redução das desigualdades sociais. Enquanto a educação proporciona conhecimento, autonomia e oportunidades de desenvolvimento, a proteção social atua na garantia de direitos e na oferta de suporte para grupos vulneráveis. A integração dessas duas esferas é essencial para a prevenção de riscos sociais e para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

► Educação como instrumento de prevenção de riscos sociais

A educação é um dos principais mecanismos de enfrentamento das vulnerabilidades sociais. Ao garantir acesso à escola e promover a aprendizagem significativa, o sistema educacional contribui para a redução da pobreza, da violência e da exclusão social. O conhecimento adquirido na escola amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, fortalecendo a autonomia dos indivíduos e quebrando ciclos intergeracionais de desigualdade.

Além do ensino formal, a educação pode atuar na prevenção de riscos por meio de programas que abordam temas como direitos humanos, saúde, cidadania e empregabilidade. Essas iniciativas capacitam crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres e pessoas com necessidades especiais para lidarem com desafios sociais e econômicos, reduzindo sua exposição a situações de risco.

► A proteção social como suporte para a permanência na educação

A proteção social desempenha um papel fundamental na garantia do acesso e da permanência dos estudantes na escola. Medidas como assistência financeira a famílias em situação de vulnerabilidade, oferta de alimentação escolar e suporte psicossocial são essenciais para minimizar barreiras que dificultam a continuidade dos estudos.

Programas governamentais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada, são exemplos de políticas que associam proteção social e educação, incentivando a frequência

escolar e garantindo melhores condições para o aprendizado. Além disso, a implementação de estratégias de acolhimento e atendimento especializado para grupos vulneráveis, como crianças em situação de trabalho infantil e adolescentes em risco de evasão escolar, fortalece a rede de proteção social e educativa.

► A escola como espaço de acolhimento e promoção da equidade

A escola tem um papel central na proteção social ao funcionar como um espaço de acolhimento e promoção da equidade. Além de ser um ambiente de aprendizado, a escola pode atuar como um centro de referência para a identificação e encaminhamento de casos de vulnerabilidade social.

A formação de professores para lidar com a diversidade e as demandas específicas dos estudantes em situação de risco é essencial para garantir um atendimento adequado e inclusivo. Projetos pedagógicos que promovem a valorização da diversidade cultural, a equidade de gênero e a acessibilidade fortalecem o senso de pertencimento dos alunos e contribuem para a redução das desigualdades sociais.

A articulação entre a escola e outros setores, como saúde, assistência social e segurança, é fundamental para ampliar a eficácia das políticas de proteção social. Dessa forma, a educação se consolida como um pilar essencial na prevenção de vulnerabilidades e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS EDUCACIONAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL

As políticas públicas e os programas educacionais desempenham um papel fundamental na promoção da equidade e na proteção social de crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres e pessoas com necessidades especiais. Essas iniciativas buscam garantir o acesso à educação de qualidade, combater a evasão escolar e reduzir os impactos das desigualdades sociais, funcionando como mecanismos essenciais na prevenção de riscos e vulnerabilidades.

► Principais políticas públicas de proteção social na educação

No Brasil, diversas políticas públicas foram desenvolvidas para assegurar o direito à educação e fortalecer a rede de proteção social. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

▪ **Plano Nacional de Educação (PNE):** Estabelece diretrizes e metas para a educação no país, com foco na inclusão, na equidade e na qualidade do ensino. O PNE busca garantir o acesso à educação básica, superior e profissionalizante para todos os grupos sociais.

▪ **Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil:** Vinculados à frequência escolar de crianças e adolescentes, esses programas de transferência de renda incentivam a permanência dos alunos na escola, reduzindo a evasão e promovendo a melhoria da aprendizagem.

▪ **Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola:** Programa voltado para crianças e adolescentes com deficiência, garantindo acompanhamento e suporte para sua inclusão no ambiente escolar.

▪ **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** Oferece alimentação saudável e adequada aos estudantes da educação básica, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional e melhorando o desempenho acadêmico.

▪ **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec):** Focado na formação profissional de jovens e adultos, o Pronatec possibilita a inserção no mercado de trabalho e a construção da autonomia financeira.

Essas políticas integram esforços governamentais para reduzir desigualdades e proporcionar oportunidades educacionais a grupos vulneráveis, atuando como instrumentos fundamentais da proteção social.

► **Programas educacionais voltados para grupos em situação de vulnerabilidade**

Além das políticas gerais, existem programas específicos voltados para atender populações em risco social. Algumas dessas iniciativas incluem:

▪ **Educação de Jovens e Adultos (EJA):** Oferece oportunidades para aqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade apropriada, permitindo que jovens e adultos concluam seus estudos e ampliem suas oportunidades profissionais.

▪ **Programa Escola Acessível:** Promove a adaptação de escolas para garantir acessibilidade a estudantes com deficiência, proporcionando infraestrutura adequada e materiais pedagógicos inclusivos.

▪ **Escolas em Tempo Integral:** Iniciativa que busca ampliar a jornada escolar e oferecer atividades complementares para estudantes, prevenindo a evasão escolar e fortalecendo a aprendizagem.

▪ **Programa Saúde na Escola (PSE):** Integra ações de saúde e educação para garantir acompanhamento médico, odontológico e psicológico aos alunos, prevenindo doenças e promovendo o bem-estar dos estudantes.

▪ **Programas de prevenção à violência e ao bullying:** Desenvolvem estratégias para combater a violência dentro do ambiente escolar, promovendo uma cultura de paz, respeito e inclusão.

Esses programas demonstram a importância da articulação entre educação e proteção social na criação de um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos.

► **Desafios e perspectivas para o fortalecimento da proteção social na educação**

Apesar dos avanços, ainda existem desafios na implementação e na ampliação dessas políticas e programas. A desigualdade regional, a falta de infraestrutura escolar, a necessidade de formação continuada para professores e o fortalecimento do acompanhamento social dos estudantes são aspectos que precisam de maior atenção.

Para o futuro, é essencial que as políticas públicas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, garantindo que os recursos sejam direcionados de forma eficaz e atendam às reais necessidades da população. A integração entre os setores da educação, assistência social e saúde também deve ser fortalecida para proporcionar um atendimento mais completo e eficiente às populações em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, a educação continuará a desempenhar um papel essencial na promoção da equidade social e na proteção dos direitos de crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres e pessoas com necessidades especiais.

O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO DA CIDADANIA E NA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A escola desempenha um papel fundamental na construção da cidadania e na redução das desigualdades sociais, funcionando como um espaço de aprendizado, inclusão e desenvolvimento humano. Além da transmissão de conhecimentos acadêmicos, a educação escolar promove valores essenciais para a convivência democrática, fortalece a identidade dos indivíduos e contribui para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

► **A escola como espaço de formação cidadã**

A educação escolar não se limita ao ensino de disciplinas formais; ela também prepara os indivíduos para o exercício pleno da cidadania. Isso ocorre por meio da promoção de valores como respeito, solidariedade, participação social e consciência crítica.

Algumas estratégias utilizadas para a formação cidadã incluem:

▪ **Educação para os direitos humanos:** Incentiva o conhecimento sobre os direitos e deveres dos cidadãos, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade.

▪ **Projetos de participação estudantil:** Ações como grêmios estudantis e debates escolares fortalecem a autonomia dos alunos e incentivam a participação ativa na comunidade.

▪ **Ensino sobre democracia e justiça social:** A escola deve estimular a compreensão sobre o funcionamento das instituições públicas, a importância do voto e a necessidade da participação cidadã na sociedade.

Por meio dessas práticas, a escola possibilita que os estudantes se tornem agentes de transformação social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

► **Educação e a redução das desigualdades sociais**

A educação é uma das ferramentas mais eficazes para a redução das desigualdades sociais. O acesso à escola de qualidade permite que crianças e jovens adquiram conhecimentos e desenvolvam habilidades que ampliam suas oportunidades de vida.

Para garantir que a educação cumpra esse papel, é fundamental a implementação de medidas como:

▪ **Políticas de acesso e permanência na escola:** Programas como distribuição de material didático, alimentação escolar e transporte gratuito são essenciais para garantir que estudantes de diferentes contextos socioeconômicos tenham igualdade de condições para aprender.

▪ **Educação inclusiva:** A adaptação de metodologias e infra-estruturas para atender alunos com deficiência, transtornos de aprendizagem e outras necessidades especiais é essencial para promover a equidade no ensino.

▪ **Apoio psicossocial e combate à evasão escolar:** A escola deve identificar e acolher estudantes em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte emocional e estratégias para mantê-los no ambiente escolar.

▪ **Formação para o mundo do trabalho:** O ensino técnico e profissionalizante permite que jovens adquiram qualificação e melhorem suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho.

Essas ações tornam a escola um instrumento de transformação social, contribuindo para que crianças e jovens de diferentes classes sociais tenham oportunidades justas de crescimento pessoal e profissional.

► **A escola como promotora da diversidade e inclusão social**

Para que a educação seja um verdadeiro motor de igualdade, é necessário que a escola valorize a diversidade cultural, social e econômica da sociedade. A promoção de uma educação inclusiva e plural contribui para a construção de uma convivência mais harmoniosa entre diferentes grupos.

Dentre as ações que reforçam a inclusão e a diversidade na escola, destacam-se:

▪ **Currículos que abordem a diversidade cultural e étnico-racial:** A valorização da história e cultura de diferentes povos fortalece o respeito às diferenças e combate preconceitos.

▪ **Programas de equidade de gênero:** Estratégias para combater desigualdades entre meninos e meninas no ambiente escolar são fundamentais para garantir oportunidades iguais para ambos os sexos.

▪ **Espaços seguros para diálogo e expressão:** O incentivo à escuta ativa e ao respeito às diferenças favorece um ambiente escolar acolhedor e democrático.

Dessa forma, a escola se torna um espaço de aprendizado e também de fortalecimento da identidade, do respeito ao próximo e da construção de uma sociedade mais inclusiva.

► **A importância da integração entre escola, família e comunidade**

A atuação da escola na promoção da cidadania e na redução das desigualdades é mais eficaz quando há uma parceria com as famílias e a comunidade. A participação ativa dos pais no ambiente escolar, o envolvimento da sociedade nas atividades educacionais e a colaboração entre diferentes setores, como saúde e assistência social, potencializam os impactos positivos da educação.

Projetos que envolvem famílias e comunidades na rotina escolar, como reuniões participativas, eventos culturais e ações de voluntariado, ajudam a fortalecer a rede de apoio dos estudantes e contribuem para um aprendizado mais significativo.

Ao assumir esse papel social, a escola não apenas ensina conteúdos acadêmicos, mas também prepara cidadãos conscientes, críticos e atuantes, capazes de transformar sua realidade e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

O PARADIGMA EDUCATIVO NO SINASE: A FUNÇÃO DA ESCOLA NO DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O SINASE E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO SOCIOEDUCATIVO

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINA-SE) representa um marco na organização das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes em conflito com a lei. Regulamentado pela Lei 12.594/2012, o SINASE estabelece diretrizes para a execução dessas medidas, incluindo a garantia de direitos fundamentais, entre eles, a educação. A escola, nesse contexto, desempenha um papel essencial na ressocialização dos jovens, contribuindo para sua formação cidadã e profissional.

► **Fundamentos Legais do Direito à Educação no SINASE**

O direito à educação é um dos pilares do atendimento socioeducativo, estando amparado por diversas normas legais. A Constituição Federal de 1988, no artigo 227, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 53, reforça esse direito ao determinar que toda criança e adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Especificamente no contexto socioeducativo, a Lei 12.594/2012 determina que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas devem ter acesso à escolarização e à profissionalização, garantindo a continuidade dos estudos, independentemente da restrição de liberdade. Dessa forma, mesmo aqueles que cumprem medidas de internação devem ser inseridos em atividades educacionais compatíveis com sua idade e nível de escolaridade.

► **A Educação Como Elemento de Ressocialização**

A educação no SINASE não deve ser vista apenas como um direito formal, mas como um instrumento de transformação social. Muitos adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo apresentam histórico de evasão escolar, defasagem de aprendizagem e dificuldades de socialização. A escola, nesse contexto, deve atuar não apenas na transmissão de conhecimento, mas também na construção de um novo significado para a aprendizagem, associando-a ao desenvolvimento pessoal e à reinserção social.

Para que isso ocorra, é necessário um currículo flexível, que dialogue com as experiências e interesses dos adolescentes. Além das disciplinas tradicionais, a educação deve incluir formação cidadã, educação profissionalizante e projetos interdisciplinares que promovam a autonomia e a autoestima dos jovens.

► **O Papel da Escola no Atendimento Socioeducativo**

A escola dentro do SINASE tem desafios específicos, pois lida com adolescentes que muitas vezes possuem histórico de exclusão social e dificuldades de aprendizagem. Para garantir uma educação de qualidade, é fundamental que as instituições de ensino sejam preparadas para atuar em conjunto com outros setores, como assistência social e saúde.

Algumas estratégias importantes incluem:

- Adaptação do currículo para atender às necessidades dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, garantindo que o ensino seja significativo e motivador.
- Formação continuada de professores, preparando-os para lidar com os desafios específicos desse público.
- Parcerias interinstitucionais, garantindo que a educação seja integrada a outras políticas públicas de proteção e inclusão social.
- Projetos de educação profissionalizante, possibilitando que os adolescentes tenham acesso a cursos técnicos e capacitações que facilitem sua reinserção no mercado de trabalho.

► **Desafios na Garantia do Direito à Educação**

Apesar dos avanços proporcionados pelo SINASE, a efetivação do direito à educação ainda enfrenta desafios, como a falta de estrutura adequada em algumas unidades socioeducativas, a escassez de professores especializados e a descontinuidade dos estudos devido ao tempo variável de cumprimento das medidas.

Outro desafio é a estigmatização dos adolescentes em conflito com a lei, o que pode dificultar sua reintegração escolar após o cumprimento da medida. Para superar esses obstáculos, é essencial que haja políticas públicas eficazes, que garantam a continuidade dos estudos e o acompanhamento individualizado dos jovens, promovendo sua inclusão e reduzindo a reincidência infracional.

O direito à educação no SINASE vai além da garantia formal de escolarização, sendo um elemento central para a construção de novos caminhos para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A escola, nesse contexto, tem o desafio de ser um espaço de acolhimento e transformação, possibilitando que esses jovens desenvolvam competências para sua reinserção social. Para isso, é necessário um trabalho intersetorial e políticas educacionais que garantam um ensino inclusivo, significativo e alinhado às necessidades desse público.

A FUNÇÃO DA ESCOLA NA RESSOCIALIZAÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

A escola tem um papel fundamental na ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, indo além da simples transmissão de conteúdos escolares.

No contexto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a educação assume uma função estratégica na reconstrução do projeto de vida desses jovens, oferecendo oportunidades para sua reinserção social e fortalecimento da cidadania.

► **Educação Como Ferramenta de Transformação Social**

Para muitos adolescentes em conflito com a lei, a escola representa a primeira oportunidade real de transformação. O histórico de grande parte desses jovens inclui evasão escolar, defasagem educacional e dificuldades de socialização. Nesse sentido, a escola deve atuar como um espaço de acolhimento e aprendizado significativo, promovendo a inclusão e a reconstrução de vínculos sociais.

A educação no contexto socioeducativo precisa ir além do ensino tradicional, incorporando metodologias que dialoguem com a realidade dos adolescentes. Isso inclui a valorização da

cultura local, o incentivo ao protagonismo juvenil e a implementação de práticas pedagógicas voltadas para a autonomia e a construção da identidade cidadã.

► **O Papel da Escola na Ressocialização**

A escola dentro das unidades socioeducativas não deve ser vista apenas como um espaço de escolarização, mas como um meio de reconstrução dos laços sociais do adolescente. O processo educativo pode contribuir significativamente para a diminuição da reincidência infracional, uma vez que proporciona novas perspectivas de vida para esses jovens.

Para que a escola cumpra esse papel, algumas estratégias são essenciais:

- **Currículo flexível e contextualizado:** A aprendizagem deve estar conectada à realidade dos adolescentes, tornando os conteúdos mais próximos de suas vivências e necessidades.

- **Metodologias ativas:** Estratégias como projetos interdisciplinares, ensino por investigação e oficinas práticas tornam o aprendizado mais dinâmico e envolvente.

- **Apoio psicopedagógico:** Muitos jovens apresentam dificuldades de aprendizagem e desmotivação. O suporte especializado pode ajudar na superação desses desafios.

- **Integração com outras políticas públicas:** O trabalho conjunto entre escola, assistência social e saúde é essencial para garantir um atendimento completo ao adolescente.

► **A Construção da Cidadania no Espaço Escolar**

A cidadania, no contexto socioeducativo, deve ser promovida por meio de práticas que estimulem a participação ativa dos adolescentes na sociedade. O ensino de direitos e deveres, a valorização da diversidade e o estímulo ao pensamento crítico são fundamentais para essa construção.

A escola pode atuar nesse sentido por meio de:

- **Educação para os direitos humanos:** Trabalhar conceitos como respeito, igualdade e justiça social contribui para que os adolescentes compreendam seu papel na sociedade.

- **Projetos de protagonismo juvenil:** Iniciativas como grêmios estudantis e rodas de conversa incentivam a autonomia e a participação social.

- **Atividades socioculturais:** Projetos de arte, música e esporte podem ser ferramentas poderosas para desenvolver valores e fortalecer a autoestima dos jovens.

► **Desafios e Possibilidades**

Apesar de seu papel essencial, a escola enfrenta desafios na ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A falta de infraestrutura adequada, a necessidade de formação específica para os professores e a resistência da sociedade em aceitar esses jovens de volta ao convívio escolar são algumas das dificuldades enfrentadas.

No entanto, há possibilidades de superação desses desafios, como o fortalecimento da formação docente para atuar no atendimento socioeducativo, a criação de metodologias adaptadas à realidade desses adolescentes e a ampliação de políticas públicas que garantam a continuidade dos estudos após o cumprimento da medida.